



A experiência da vida religiosa feminina inserida no caso da ditadura militar

Vinícius José Mira¹

Resumo: Essa comunicação oral tem como objetivo problematizar a atuação da vida religiosafeminina inserida em Santa Catarina no contexto da ditadura militar (1964-1985). Em particular, almeja-se responder às seguintes questões: que estratégias foram mobilizadas pelas religiosas no contexto de resistência à repressão e à perseguição? De que forma as mudanças na Igreja Católica chegaram e foram apropriadas pelas religiosas? Como se deu a passagem para a vida religiosa ativa (inserida nos meios populares) das religiosas que até então eram vinculadas às congregações? Para tal, é feito uso de uma coleção de entrevistas orais intitulada “Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville”, produzida no marco do campo teórico-prático da história oral, em diálogo com a historiografia atinente. A coleção fornece valiosos subsídios para perceber como processos integrados nacionais e internacionais em curso, tanto no âmbito da Igreja Católica como na esfera político-econômica, repercutiram e foram apropriados pelas religiosas que atuavam em Santa Catarina. Como resultado, a comunicação oral traz reflexões sobre os processos de profissionalização, emancipação e inserção das religiosas, além da experiência da vida religiosa feminina inserida no caso da ditadura militar propriamente dita. Esse trabalho está vinculado a uma pesquisa de mestrado que conta com bolsa CAPES.

Palavras-chave: Religiosas; Ditadura Militar; Igreja Católica.

Introdução

O objetivo deste texto é problematizar a atuação de religiosas católicas no contexto da ditadura militar (1964-1985). Almeja-se responder às seguintes questões: que estratégias foram mobilizadas pelas religiosas no contexto de resistência à repressão e à perseguição? De que forma as mudanças na Igreja Católica chegaram e foram apropriadas pelas religiosas? Como se deu a passagem para a vida religiosa ativa (inserida nos meios populares) das religiosas que até então eram vinculadas às congregações?

Para tal, faço uso da coleção de entrevistas orais “Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville”, produzida pela historiadora Fernanda Mara Borba, sob orientação da Profa. Dra. Janine Gomes da Silva, e custodiada no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville – LHO/Univille.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Bolsista CAPES. E-mail: viniciusmira1987@gmail.com.



Os relatos das sete religiosas entrevistadas são oportunos na medida em que a partir deles é possível observar como os desdobramentos das transformações da Igreja Católica foram experimentados, vivenciados e praticados por religiosas catarinenses. Cada uma, à sua maneira, é um indício de um processo maior de transformações na Igreja e das suas implicações na vida religiosa feminina em Santa Catarina. As análises se deram a partir dos aportes do campo de conhecimento teórico-prático da História Oral.

Diante do exposto, o texto está dividido em duas partes. Na primeira delas, os processos de profissionalização, emancipação e inserção das religiosas são objetos de análise. A atuação das religiosas nos meios populares no contexto da ditadura militar é contemplada na segunda e última parte.

Profissionalização, emancipação e inserção

Em se tratando da vida religiosa feminina durante a ditadura militar, é valioso o trabalho de Cubas (2014), que traz a mudança do hábito, os movimentos de emancipação feminina e a profissionalização das religiosas como elementos de um mesmo processo. Tentarei abordar esses três itens e as suas implicações no decorrer desta seção.

Uma questão que chamou a atenção no relato das religiosas foi um sentimento de inquietude frente às injustiças sociais como motivação da passagem para a vida religiosa ativa. A esse respeito, Luizita Josefina Bösing (2009) sinalizou um desejo de trabalhar na periferia, em função de uma alegada descaracterização da Congregação das Irmãs da Divina Providência em meados da década de 1970, tendo em vista que, ao invés de assistir às crianças abandonadas, a ordem estava atuando nos grandes colégios.

Sobre a inquietude, a religiosa Teodora Fiamoncini (2009) relatou algo parecido, ao sinalizar que as religiosas sentiam que deveriam estar onde o povo estava e, no caso dos colégios, embora houvesse uma quantidade de crianças carentes, a maioria das vagas era ocupada por estudantes oriundos das classes sociais mais abastadas. Bianchezzi (2009) indica que o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, tinha como público alvo as meninas oriundas das elites sociais e políticas de Florianópolis. Foi na segunda metade da década de 1970 que houve uma tentativa de abertura de mais vagas para crianças carentes e de educação para jovens e adultos no período noturno (MACHADO, 2007).



O mesmo incômodo frente às injustiças sociais apareceu no relato da religiosa Agatha Anna Reckziegel (2009):

eu via muita injustiça social no mundo e também nos colégios, havia injustiça social; sim, havia. E isso atinge a gente, porque quando a gente chora com alguém que é injustiçado, a gente chora assim mesmo. Então essa foi uma parte que me levou a dizer: - Não, eu vou, para o outro lado, porque assim não pode continuar.

Na mesma direção, Maria Salete Wiggers (2009) declarou que percebia a sua missão na Igreja na caminhada com os desamparados, fossem eles sem teto, sem terra ou sem voz, no sentido de fomentar uma experiência de solidariedade e justiça. Irma Kniess (2009) sinalizou um similar desconforto ao participar da Congregação e ter suas necessidades básicas garantidas, enquanto a população passava dificuldades.

Cabe destacar: embora as religiosas fizessem o voto de pobreza, tratava-se de uma pobreza relativa, mais no sentido de despojamento material, pois as congregações possuíam propriedades de grande cotação imobiliária e bens de grande valor. Os outros dois votos assumidos pelas religiosas, de obediência e de castidade, também foram ressignificados no caso das novas congregações. Enquanto o primeiro passou a ser visto como necessário para uma entrega pessoal a todo o povo sofrido e carente de amor, o segundo passa a simbolizar a obediência a Deus na figura dos mais necessitados (GROSSI, 2020).

A inquietude experimentada pelas religiosas pode ser associada a uma noção central do Concílio Vaticano II: *aggiornamento*. De acordo com Miranda (2012), *aggiornamento* significa atualização, reforma e renovação. No contexto conciliar, essa noção se vinculou a uma tentativa de superar o descompasso entre a Igreja Católica e a sociedade a qual ela estava inserida. Foi justamente nesse contexto do *aggiornamento* que algumas religiosas passaram a não concordar com a tranquilidade material fornecida pelas grandes congregações, incongruente com o voto de pobreza feito (GROSSI, 2020).

Como um desdobramento desse processo, há um rompimento na Província do Coração de Jesus, de Florianópolis, da Congregação das Irmãs da Divina Providência relatado nas entrevistas. A partir do desejo de fazer um trabalho voltado à população carente, se deu um atrito com a ordem, que resultou no afastamento das religiosas. O processo em curso de reavaliação da vida religiosa feminina teve como um de seus desdobramentos a ruptura congregacional ora tratada, mas este não foi o único. As congregações religiosas passaram a



realizar atividades mais pastorais e evangelizadoras junto ao povo, em detrimento das escolas para as elites, outrora o carro-chefe das irmãs.

Cabe ponderar que das sete religiosas estudadas nesse texto, três não eram da Congregação das Irmãs da Divina Providência, mas das Irmãs Catequistas Franciscanas e das Irmãs de Jesus Crucificado. Enquanto Irma Kniess foi vinculada a esta, Celestina Zardo e Clementina Fusinato fizeram parte daquela. Em função disso, suas experiências coincidem com os processos de mudança na vida religiosa e de atuação durante a ditadura militar, mas não contemplam uma ruptura com a sua ordem, como foi no caso da Divina Providência.

A experiência do rompimento com a congregação vivenciada pelas religiosas aponta para um momento de dificuldades. Conforme relatou Reckziegel (2009), no período entre 1977 e 1978, um grupo se reuniu na clandestinidade para elaborar a nova ordem, a partir da ruptura com a Congregação das Irmãs da Divina Providência. No decorrer do ano de 1979 se deu o estatuto da instituição e a primeira assembleia geral. Wiggers (2009) lembrou que a ruptura se deu em um contexto em que já havia religiosas da Congregação inseridas no meios populares e houve um chamado por parte da Madre Geral para que a atenção fosse dada aos colégios e hospitais da ordem. A partir da recusa dessas religiosas, um grupo de aproximadamente 60 delas organizou a nova ordem: as Irmãs da Fraternidade Esperança.

Sobre esse chamado da Congregação para a volta aos colégios e hospitais, é interessante observar que, apesar das religiosas estarem então desenvolvendo há muito tempo um trabalho junto à população, como era o próprio caso da Congregação das Irmãs da Divina Providência, ele tomou uma dimensão diferente a partir do processo de profissionalização no marco do Concílio Vaticano II. Até então, o trabalho estava inserido na lógica da vocação religiosa, objetivando a salvação da alma a priori, enquanto que o processo de profissionalização criava dois estatutos, isto é, uma religiosa ‘e’ professora, não mais uma ‘religiosa professora’ (CUBAS, 2014).

Os relatos apontam para uma experiência de saída da Congregação bastante difícil, pois as religiosas não possuíam bens ou patrimônios. A esse respeito, Bösing(2009) relatou a dificuldade experienciada, tendo em vista que, embora houvesse feito o voto de pobreza na Divina Providência, tratava-se mais de uma limitação à posse de bens pessoais do que uma pobreza de fato, pois, todas as necessidades das religiosas (casa, comida, trabalho, vestimentas) eram supridas pela Congregação. Essa situação mudou a partir do rompimento com a ordem e as religiosas passaram a conviver mais fortemente com os votos de pobreza



que haviam feito, se sustentado a partir de seus empregos e morando em comunidades periféricas.

Nesse contexto da década de 1970, outra pauta que estava em alta no que diz respeito à vida religiosa era a emancipação feminina, incorporando o debate em curso na sociedade (CUBAS, 2014). As entrevistas sinalizaram a experiência das religiosas sobre esse assunto. Bösing(2009) assinalou que a questão da mulher só veio à tona para as religiosas a partir do momento que elas partiram para a vida inserida nas comunidades. Ela destacou a predominância da atuação das mulheres, apesar de não ocuparem cargos decisórios, nas igrejas, na catequese e nas pastorais. Sobre isso, Nunes (2008) nos lembra que no caso da atuação nas regiões periféricas das cidades, as mulheres foram peças-chave dessa estratégia pastoral da Igreja Católica, como no caso das Comunidades Eclesiais de Base, que foram, em linhas gerais, comunidades de mulheres.

É perceptível que a matriz discursiva da teologia da libertação e os desdobramentos do Concílio Vaticano II são evocados pelas religiosas como instrumentos para a emancipação feminina. Em contrapartida, a estrutura hierárquica da Igreja Católica ainda é dominada pelas figuras masculinas. Bösing(2009) apontou que a Teologia da Libertação deu bastante abertura para as mulheres, apesar de não ter afetado a questão da hierarquia. O mesmo vale para Irma Kniess (2009), que indicou que a abertura à questão da mulher a partir do Concílio Vaticano II se deu por conquistas a dura penas. Por outro lado, a cúpula da Igreja ainda se encontrava muito fechada. Clementina Fusinato (2009) falou da Teologia da Libertação como movimento que ajudou a abrir os olhos da Igreja Católica, sem abandonar por completo, contudo, a imagem de uma Igreja piramidal. Igualmente, Fiamoncini(2009) relatou que houve uma conquista de espaço por parte das mulheres até certo ponto, mas as lideranças ainda são masculinas. Concordando com a mudança positiva, mas sem fazer ressalvas, Wiggers (2009) falou de uma notável melhora na questão da mulher, ocupando todos os espaços da Igreja, incluindo as mulheres leigas, com poder de decisão.

Uma outra dimensão desse processo de inserção nos meios populares se dá na mudança do hábito. Ele diz respeito ao Decreto Perfectae Caritatis, do Concílio Vaticano II, que em seu artigo 17 dispõe:

o hábito religioso, como sinal de consagração, seja simples e modesto, simultaneamente pobre e condigno, e, além disso, consentâneo com as exigências da saúde e acomodado às condições de tempo e lugar e às necessidades do ministério. O hábito, masculino ou feminino, que não



estiver de harmonia com estas normas, deve ser mudado (VATICANO, 1965, art. 17).

A religiosa Celestina Zardo (2009) lembrou que achava o hábito algo “fora de época”, que a distanciava do povo. Além disso, ela contou que, ao deixar de usar o hábito, teria dito: “Eu não preciso usar isso, eu tenho que andar cinco quilômetros de bicicleta para dar aula e esse hábito me incomoda”. Fiamoncini(2009) evocou a expressão “o hábito não faz o monge” para dizer que se sentia mais livre sem ele e que a própria população se sentia mais confortável com a ausência do hábito, de tal maneira que lhe falava coisas que não diria caso soubesse que se tratava de uma religiosa. O mesmo vale para o relato de Clementina Fusinato (2009) que narrou um maior respeito do povo quando ela portava o hábito e uma maior proximidade quando estava sem. Por outro lado, Bösing(2009) sustentou que junto ao processo de tirar o hábito veio o sofrimento do julgamento popular e a insegurança nas religiosas. Ela fala em uma crise violenta “porque o hábito era um sinal externo, tem que experimentar o hábito, tem que estar na vida, no testemunho de vida”.

Ainda sobre isso, Bianchezzi (2009) apresenta a alteração da veste religiosa no interior da Congregação das Irmãs da Divina Providência, em 1968, como um dos primeiros casos de incidência do Concílio Vaticano II sobre a ordem, que causou tensão entre as irmãs favoráveis ou não à mudança. Soma-se à alteração do hábito a mudança na identidade das religiosas dentro de suas congregações, que passaram a manter seus nomes de batismo ao fazerem seus votos (GROSSI, 2020).

Tendo abordado a mudança do hábito, os movimentos de emancipação feminina e o processo de profissionalização das religiosas, contemplarei a vida religiosa inserida propriamente dita no contexto da ditadura militar na sequência.

A vida religiosa feminina inserida na ditadura militar

Uma questão que aparece nos relatos é a opção pelos pobres. A religiosa Luizita Josefina Bösing(2009) relatou que no processo de seu desligamento da Congregação da Divina Providência ela poderia ter ido para a cidade de Jaraguá do Sul, mas acabou optando por Joinville porque era uma cidade maior e com mais população pobre, tendo ido atuar na região do loteamento Estêvão de Matos, na periferia da região sul de Joinville. Algo parecido aparece na lembrança de Teodora Fiamoncini (2009), que mencionou a opção pelos pobres

apontada pelo Concílio Vaticano II e relatou sua atuação no bairro Profipo, também na periferia da região sul de Joinville, em meados da década de 1980, em um contexto de reivindicações para a comunidade que não possuía acesso à água e à luz.

A citada opção pelos pobres é, segundo Löwy (2016), a ideia central da Teologia da Libertação. Ele afirma que é possível resumi-la à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979): “a opção preferencial pelos pobres”.

A mencionada Conferência de Puebla aparece inclusive no relato de Reckziegel (2009). A religiosa contou que, no ano de 1979, no contexto de formação da ordem das Irmãs da Fraternidade Esperança foram elaborados os estatutos e projetos de vida da Congregação. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu a supracitada Conferência, o que causou admiração nas religiosas, pois “parecia que Puebla tinha copiado de nós! Puebla veio depois em 1979 e tudo que Puebla publicou já estava escrito no nosso projeto, fizemos o projeto sem livro, sem consultar nada, tudo tirado da nossa mente”. Esse caso, para além da dimensão inusitada das coincidências, pode ser entendido como um indício de certas noções que estavam circulando internacionalmente no interior da Igreja Católica pós-conciliar e repercutiram tanto nos documentos das Irmãs da Fraternidade Esperança, em Santa Catarina, como na Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla, no México.

A respeito da opção preferencial pelos pobres, Maria Salette Wiggers (2009) narrou seu trabalho na Pastoral do Menor em Joinville, no Jardim Paraíso. Segundo ela, a escolha do bairro se deu por ser um dos mais carentes e necessitados de Joinville, além de ser um dos locais que mais recebia migrantes. Sobre o Jardim Paraíso, a historiadora Ilanil Coelho (2011) expõe que a partir das ocupações clandestinas, dos loteamentos imobiliários irregulares e da ausência de políticas públicas, o bairro sofreu um processo de estigmatização e nele foi firmada a alcunha de bairro perigoso e violento.

Na periferia da região leste de Joinville, o trabalho das religiosas se deu no mangue do Boa Vista, principalmente na questão da moradia e da luta por água e terra, conforme Kniess (2009). A propósito, esse trabalho desenvolvido pela Igreja Católica nas periferias de Joinville se associa ao grande crescimento demográfico associado à migração, que foi vivenciado por Joinville. Uma parte da Igreja esteve associada a esse contexto no que diz respeito, por exemplo, à luta contra o déficit habitacional e o desemprego vivido pela cidade, sendo, inclusive, acusada de se beneficiar “ideologicamente” da “questão do migrante” (COELHO, 2011; FACCHINI; PEDRINI, 2000).



Nesse cenário, é notório como a atuação das religiosas se vincula à conjuntura política e socioeconômica nacional. Além do mais, nesse contexto histórico, de vida religiosa inserida e atuação junto às comunidades populares, o trabalho social poderia ser entendido como subversivo. Clementina Fusinato(2009) narrou o sofrimento sentido pelo grupo de religiosas que participavam dos fóruns sociais naquele período, o que em sua perspectiva era parte da missão religiosa de estar junto ao povo.

As restrições também se estenderam à educação e às articulações de Igreja com os movimentos sociais. Celestina Zardo (2009) contou a experiência de limitações vivenciadas na educação, tanto como docente quanto como discente. Ela relatou que “no trabalho educativo tinha que seguir o que o governo... Não podia falar qualquer coisa”, enquanto que na condição de estudante do ensino superior relatou que “nós não podíamos falar qualquer coisa, assim depois da ditadura eu até estranhava. Éramos todas assim reprimidas, cuidando no que falava”. Irma Kniess(2009) mencionou a sua transferência para Joinville, na primeira metade da década de 1980, sinalizando que embora a Igreja costumasse se articular com associações de bairros e sindicatos, o trabalho não era fácil em função da ditadura. Ela conta que tudo deveria ser feito escondido “porque a ditadura acabava com tudo”.

Reckziegel (2009) falou de um período que “foi muito difícil, porque entre umas e outras a gente fica com o nome sujo no DOPS”. Ao ser questionada pela entrevistadora, ela justificou a dificuldade porque “nós tivemos que até proteger algumas Irmãs”. Cubas (2014) argumenta que uma das dimensões da resistência praticada pelas religiosas no contexto da ditadura militar era a solidariedade às pessoas perseguidas pelo regime, como aparece no relato de Reckziegel.

Por outro lado, é mister ponderar que nem todas as religiosas experimentaram a ditadura militar da mesma maneira. Luizita Josefina Bösing (2009) falou que não percebeu o regime de 1964 à época de sua instauração, tendo tomado conhecimento apenas depois da inserção, por meio de estudo, já no contexto do final da década de 1970 e começo da década de 1980.

Irma Kniess (2009) falou de uma grande movimentação na Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base e das organizações operárias. Nesse sentido, ela destaca uma passagem de Luiz Inácio Lula da Silva por Joinville. A partir da presença deste então líder sindical do ABC paulista e dos contatos dos padres de Joinville com os sacerdotes de São Paulo, ocorreu a formação do Centro de Direitos Humanos de Joinville. Somado à vinda do Cardeal dom Paulo



Evaristo Arns para inauguração o CDDH, esse evento pode ser entendido como um indício dos contatos dos padres e dos movimentos sociais vinculados à Igreja de Joinville com os de São Paulo e, assim como no caso das pautas de Puebla, que também apareceram nos estatutos das Irmãs da Fraternidade Esperança, pode ser um indicativo de um certo conjunto de noções que circularam no interior da Igreja Católica. Tais diferentes conexões viriam a se concretizar na formação do Partido dos Trabalhadores na cidade. Sobre o Centro de Defesa do Direitos Humanos, Irma Kniess (2009) narrou que no contexto de fundação da entidade, ainda durante o regime militar, havia muita perseguição, de tal forma que, ainda que fosse necessário denunciar as violações de direitos humanos, isso não poderia ser feito tão abertamente, em função de ameaças recebidas.

Diante do exposto, penso que é possível perceber a partir das entrevistas que o engajamento das religiosas em pautas eminentemente políticas e reivindicatórias, tais como a luta por justiça social, por emprego e por direito à moradia, se deu a partir da própria dinâmica da vida religiosa inserida. Essa percepção dialoga muito bem com o que aponta Nunes (2008) sobre a história da vida religiosa feminina no Brasil, considerando que, para além da submissão e passividade, é marcada pela criatividade e a transgressão.

Ou seja, ainda que as religiosas tenham se associado a movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos que atuaram na esfera político-partidária de Joinville, por exemplo, isso se deu a partir de uma estratégia contida na lógica da missão da vida religiosa ativa de atender as demandas básicas da população mais carente e de estarem inseridas nos meios populares. É importante ressaltar que a experiência da atuação inserida das religiosas se deu em diferentes contextos, de tal forma que algumas pautas parecem ter tido mais protagonismo na experiência de algumas e não tanto na de outras. O mesmo vale para os espaços de atuação.

A título de exemplo, há o já mencionado caso do Partido dos Trabalhadores. Conforme se depreende do relato de Irma Kniess (2009):

O que a gente tinha muito era documento também porque foi bem depois do Concílio tinha muita coisa. Então a gente foi se organizando também a questão da política, também tinha quem estava na formação do PT, eram as mesmas pessoas que estavam sempre juntos em tudo.

Ainda que se trate de uma instituição eminentemente político-partidária, é perceptível, a partir do excerto acima, que a participação da Igreja Católica na formação do PT em Joinville se vincula a um entendimento da vocação religiosa, uma vez que é apresentada como



um desdobramento dos documentos conciliares. Essa organização política foi mencionada anteriormente no episódio da fundação do CDDH, que se originou dos diálogos dos religiosos joinvilenses com seus colegas paulistanos, além da vinda de Lula, então líder sindical do ABC, que depois seria uma das principais figuras do PT.

Diante do exposto, é possível afirmar que o caso das sete religiosas é significativo na medida em que nos permite entender como processos integrados nacionais e internacionais em curso, tanto no âmbito da Igreja Católica como na esfera político-econômica, repercutiram e foram apropriados pelas religiosas que atuavam em Santa Catarina.

A título de conclusão prévia, a historiadora Caroline Jaques Cubas (2014, p.169) afirma que as atitudes das religiosas no contexto da ditadura militar podem ser lidas pelo viés da resistência, embora elas não tenham subido em púlpitos ou se posicionado publicamente contra o regime. A autora traz como exemplo a resistência por meio de “ousadias pedagógicas, acobertando foragidos, encaminhando depoimentos ou abrindo espaço para a realização de seminários e reuniões, as irmãs estavam fazendo um uso político do espaço a elas delegado”.

Nesse sentido, penso que não há como não ler todo esse processo relatado da atuação das religiosas - de ruptura com a Congregação, a criação de uma nova e atuação reivindicatória e contestatória nos meios populares - pelo viés da resistência. Isto é, no contexto de um regime de exceção que perseguiu certos membros da Igreja Católica, algumas das religiosas mencionadas romperam com a ordem à qual estavam inseridas e fizeram a opção pela vida religiosa inserida junto aos meios populares, atuando com a população carente em um contexto que muitas iniciativas de cunho social eram entendidas como atitudes subversivas. Isso não é um uso político do espaço a elas delegado?

Referências

BIANCHEZZI, Clarice. **Entre documentos e narrativas, marcas de identidade**: A organização dos dois primeiros Centros de Desenvolvimento Infantil e as religiosas da Fraternidade Esperança. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BÖSING, Luizita Josefina. **Luizita Josefina Bösing**: entrevista oral [01º set. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às



ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato**: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985). 2014. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Irmã Dalila. **CEBS**: 25 anos de caminhada na Paróquia Cristo Ressuscitado. Joinville: Movimento e Arte, 2000.

FIAMONCINI, Teodora. **Teodora Fiamoncini**: entrevista oral [04 ago. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

FUSINATO, Clementina. **Clementina Fusinato**: entrevista oral [14 set. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. **Jeito de freira**: uma etnografia da vocação religiosa feminina no século XX. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020

KNISS, Irma. **Irma Kniss**: entrevista oral [03 set. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

LÖWY, Michael. O Cristianismo da libertação na América Latina. *In*: LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p.73-140.

MACHADO, Marilane. **Do institucional ao comunitário**: a Pastoral da Saúde em Florianópolis (1970-1990). 2007. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MIRANDA, Mário de França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo aggiornamento. **Revista Pistis e Práxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v.4, n.2, p.395-420, jul./dez., 2012.



NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.482-509.

RECKZIEGEL, Agatha Anna. **Anna Agatha Reckziegel**: entrevista oral [19 ago. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

VATICANO. **Perfectae Caritatis**: Sobre a Conveniente Renovação da Vida Religiosa. Vaticano, 28 out. 1965. Disponível em https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html Acesso em 09 out. 2022.

WIGGERS, Maria Salete. **Maria Salete Wiggers**: entrevista oral [10 ago. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.

ZARDO, Celestina. **Celestina Zardo**: entrevista oral [06 out. 2009, Joinville]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Da clausura às ruas: a presença das mulheres religiosas nos meios populares de Joinville. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2009.